

# AGRICULTURA ORGÂNICA FAMILIAR NA SERRA GAÚCHA: O CASO DA ECOVÊNETO EM COTIPORÃ/RS

## Family Organic Farming in Serra Gaúcha: The Case of Ecovêneto in Cotiporã/RS

Vinício Luís Pierozan\*

**Resumo:** Este artigo tem como objetivo principal analisar a agricultura orgânica familiar realizada no município de Cotiporã, localizado na região Nordeste, do estado do Rio Grande do Sul. A pesquisa é de natureza qualitativa e foram selecionadas oito propriedades agrícolas para visita e aplicação de entrevistas semiestruturadas. Os resultados obtidos mostraram que a agricultura orgânica no município se encontra em ascensão e está proporcionando aos agricultores uma melhor qualidade de vida e melhoria da geração de renda nos estabelecimentos rurais, em virtude da diversificação da produção e redução do impacto ambiental decorrente da diminuição e/ou eliminação dos agroquímicos.

**Palavras-chave:** agricultura orgânica, preservação ambiental, sustentabilidade.

**Abstract:** This article aims to analyze the family organic farming in the municipality of Cotiporã, located in the Northeast region of the state of Rio Grande do Sul. The nature of the research is qualitative and eight agricultural properties were selected for visiting and the application of semi-structured interviews. The obtained results showed that organic agriculture in the municipality is on the rise and it is providing farmers with a better quality of life and improving income generation in rural establishments due to diversification of production and reduction of the environmental impact resulting from the decrease and/or elimination of agrochemicals.

**Keywords:** organic agriculture, environmental preservation, sustainability.

## Introdução

“Desde o seu surgimento, a agricultura passou por várias e significativas transformações” (PIEROZAN, 2017, p.173). Foram mudanças que ocorreram sob diferentes maneiras e em distintos períodos da história, tendo em vista que a origem da agricultura remonta ao período Neolítico. É sabido que foi “[...] no Oriente Médio que o homem, pela primeira vez, começou a desenvolver a agricultura e a criação de animais. Essas atividades estenderam-se rapidamente a outras regiões mediterrâneas [...]” (FLANDRIN; MONTANARI, 2015, p. 27).

A agricultura da forma como a conhecemos na atualidade, é o resultado de um longo e complexo processo iniciado há pelo menos 10.000 anos a.C, que permitiu o cultivo de plantas em um lugar específico, para suprir a alimentação de um determinado grupo social (DIAMOND, 2003; MIGUEL, 2009; MAZOYER; ROUDART, 2010).

\* Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (POSGea/UFRGS). E-mail de contato: vpierozan@hotmail.com.

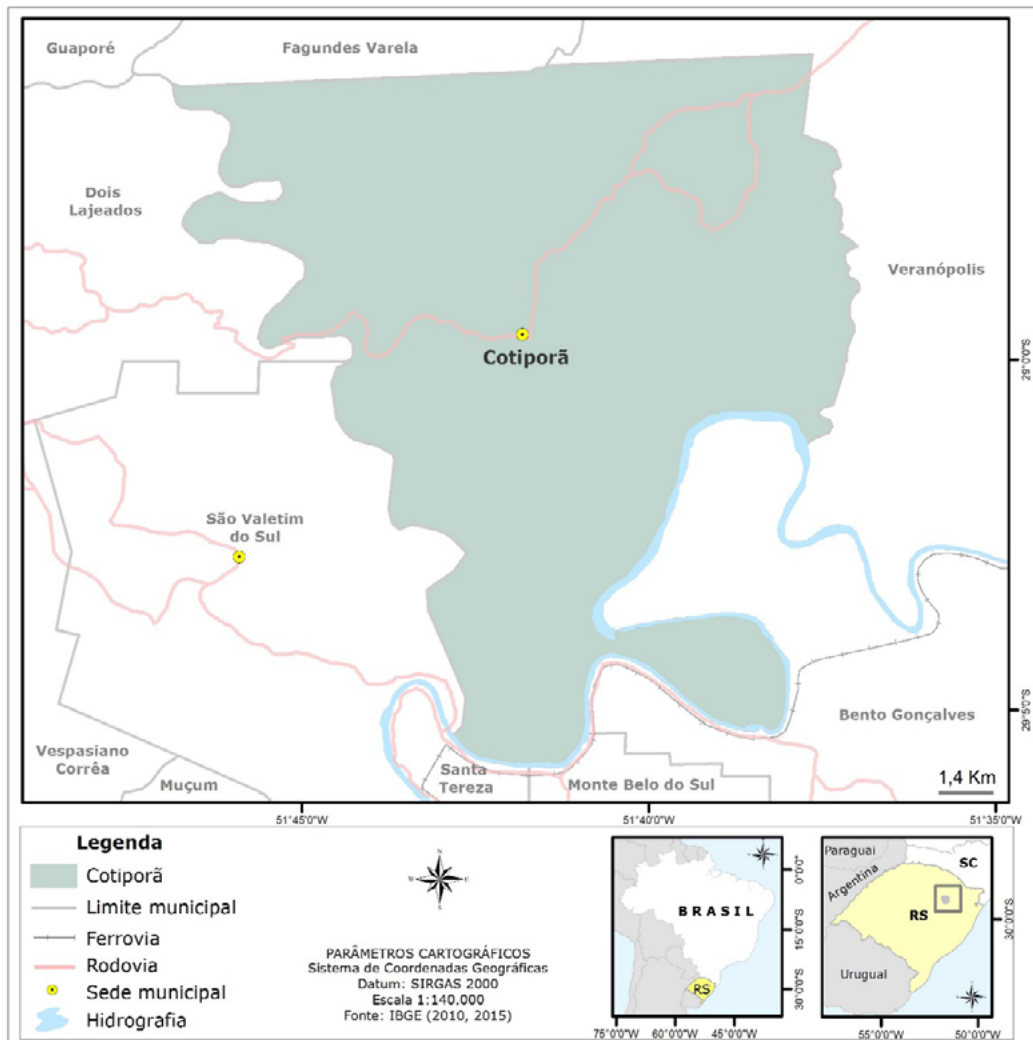
As modificações partem desde a forma de cultivo, a descoberta de cultivares melhor adaptadas ao tipo de clima, solo, resistência natural a pragas, a utilização de utensílios que facilitaram e/ou aperfeiçoaram o trabalho na lavoura, a domesticação e utilização de animais como força de trabalho nos plantios/colheitas e a invenção de uma série de equipamentos e maquinários que aos poucos causaram uma verdadeira “revolução” na forma de se produzir, transportar, conservar e armazenar alimentos no/do campo (GONÇALVES, 1997; DIAMOND, 2003; MAZOYER ROUDART, 2010).

No presente texto se procurará caracterizar as principais particularidades que remetem ao modelo produtivista de modernização da agricultura que se desenvolveu a partir da Revolução Verde, à busca por outros caminhos para a produção de alimentos no campo tendo como alternativa a agricultura orgânica de base agroecológica. Este artigo tem como objetivo central analisar a agricultura orgânica familiar praticada no município de Cotiporã, localizado na região Nordeste, do estado do Rio Grande do Sul (Mapa 1).

O público desta pesquisa é composto por oito unidades de produção agrícola de base familiar, num universo composto por treze propriedades, que são adeptas da agricultura orgânica. Das propriedades selecionadas, seis já possuem a produção certificada como orgânica e outras duas se encontram em

processo de transição agroecológica. Todos os agricultores, que foram objeto de análise no estudo fazem parte da Associação dos Agricultores Ecologistas de Cotiporã (Ecovêneto), que foi fundada em 2012, e residem na zona rural do município. A associação era composta por treze famílias de agricultores quando a pesquisa foi realizada, em 2016. Atualmente, a Ecovêneto conta com dezessete famílias associadas, ou seja, a produção orgânica no município se encontra em ascensão.

**Mapa 1.** Localização do município de Cotiporã, área de estudo.



Fonte: Elaborado pelo próprio autor (2021).

A agricultura no município é estruturada em 527 estabelecimentos agropecuários, que juntos possuem uma área territorial de 10.860 (ha) (IBGE, 2017, *on-line*). As lavouras permanentes são responsáveis pelo cultivo de 1.866 (ha), as

temporárias, por sua vez, respondem por 1.826 (ha), o restante é utilizado para pastagens, matas ou florestas e sistemas agroflorestais (IBGE, 2017, *on-line*). A utilização de agrotóxicos é bastante presente entre os agricultores locais. Em 2017, aproximadamente 93% de todas as unidades de produção agrícola de Cotiporã utilizavam e/ou tinham feito o uso de agrotóxicos naquele ano, ou seja, 487 estabelecimentos agropecuários (IBGE 2017, *on-line*).

No que tange aos procedimentos metodológicos, foram realizadas visitas em cada uma das oito propriedades rurais previamente selecionadas. A escolha da amostra foi definida a partir de casos considerados como exemplares para os demais agricultores no que se refere a produção orgânica e organização da unidade de produção agrícola. A seleção da amostra foi feita levando-se em conta a consulta à extensionistas da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater/RS - Escritório de Cotiporã) e também com o suporte de diálogos realizados com o presidente da Ecovêneto, que forneceu informações a respeito da associação e dos agricultores orgânicos. A coleta de dados foi embasada na observação direta das propriedades (cultivos), na realização de entrevistas semiestruturadas, e na coleta de demais informações/dados considerados relevantes para o estudo.

Soma-se à parte empírica (trabalho de campo), a leitura de referencial teórico que contempla o tema da pesquisa, como, por exemplo, artigos científicos publicados em periódicos e em eventos acadêmicos, livros e dissertações. Também, foram realizadas visitas a entidades que são parceiras dos agricultores como a Prefeitura Municipal de Cotiporã e a Emater/RS, que possui um escritório no município.

A pesquisa se justifica pela necessidade de se buscar novas formas de se produzir no campo, onde a produção de alimentos saudáveis, a preservação ambiental, o modo de vida das pessoas, a remuneração justa para quem produz tenham importância maior, que o cenário atual verificado no Brasil, que é amplamente voltado a produção de *commodities*<sup>1</sup> para abastecer o mercado internacional, e para tal, este modelo se sustenta no latifúndio e na concentração de terras, no uso intensivo de agrotóxicos que tem como consequência a degradação dos solos e contaminação dos mananciais hídricos, na destruição da fauna e flora dos biomas brasileiros e principalmente dos saberes tradicionais (MACHADO; MACHADO FILHO, 2014).

<sup>1</sup> No singular *commodity*, é um vocábulo da língua inglesa que significa mercadoria (produto). As *commodities* (plural) tratam-se de mercadorias destituídas de seu valor de uso. O valor de uso (pensado, segundo Marx [1982], enquanto propriedades físicas e intrínsecas ao objeto) no caso do alimento se perde, ou se transmuta, quando este se transforma em *commodity*, ou seja, em um tipo de mercadoria – para além da sua característica enquanto alimento – permite que seja negociada no mercado global como quaisquer outras. Ao se transformar em *commodity*, e mesmo em energia, o alimento tem destituído (ou deslocado do primeiro plano) o seu valor de uso enquanto forma de alimentação humana (BOMBARDI, 2017, p.23, grifos da autora).

Para fins de estruturação, o artigo está organizado em três partes: 1) O processo de modernização da agricultura. 2) Novos caminhos para a produção de alimentos: as agriculturas que enxergam o campo para além da produção agrícola. 3) A agricultura orgânica familiar em Cotiporã/RS: a experiência da Ecovêneta.

## O processo de modernização da agricultura

Na Europa, entre os séculos XI e XIII, a agricultura apresentou uma evolução significativa e passou de uma agricultura meramente itinerante para uma agricultura permanente, tendo como fator principal, a introdução do sistema de rotação trienal e demais inovações que possibilitaram grandes aumentos de produtividade. Esse período de prosperidade verificado na agricultura é designado por alguns autores como sendo a Primeira Revolução Agrícola (ASSIS e ROMEIRO, 2002). O surgimento (desenvolvimento) da agricultura provocou também significativas mudanças e transformações nas relações sociais, que de acordo com Queiroz (2014, p.13) “[...] impulsionaram o desenvolvimento da humanidade, alterando valores, hábitos, comportamentos e em longo prazo, influenciou padrões de consumo.”

A agricultura, por sua vez, continuou a se aprimorar, novas técnicas agrícolas foram sendo descobertas e outras aperfeiçoadas, com o passar do tempo e com o surgimento da indústria também foi verificado uma aproximação cada vez maior da agricultura com a indústria, fato que proporcionou novas transformações e a criação de inovações que possibilitaram o desencadeamento de novas “Revoluções Agrícolas”. Porém, uma das grandes transformações que possibilitou a produção em larga escala no campo, inserindo diversas tecnologias nas lavouras ficou mundialmente conhecida como Revolução Verde, que se caracterizou a partir de

[...] um ideário produtivo proposto e implementado nos países mais desenvolvidos após o término da Segunda Guerra Mundial, cuja meta era o aumento da produção e da produtividade das atividades agrícolas, assentando-se para isso no uso intensivo de insumos químicos, das variedades geneticamente melhoradas de alto rendimento, da irrigação e da motomecanização. (ALMEIDA, 2009, p. 7).

O período Pós-Guerra, é o grande divisor de águas em relação à disseminação da Revolução Verde no continente americano e nos países em desenvolvimento, tendo o México como grande laboratório de testes e em seguida, a adesão da Argentina e do Brasil como bases do empreendimento americano comandado pelo Grupo Rockefeller com apoio do Banco Mundial (BALSAN, 2006). Pode-se assim dizer, que a Revolução Verde representou

[...] o processo de interiorização do capitalismo no campo, a partir de 1960, com a introdução das monoculturas e destruição da biodiversidade, para facilitar o uso de máqui-

nas de grande porte nos 'tratos culturais' e pôr em prática a tríade: tempo, custo, lucro (MACHADO; MACHADO FILHO, 2014, p. 43).

Com a inserção dos pacotes tecnológicos nas lavouras, o tempo dos cultivos passou a ser controlado e comandado pelo homem, a natureza, que até então, ditava o desenvolvimento das plantações no seu ritmo natural, agora tem o seu ciclo natural quebrado/modificado para atender as novas demandas do mercado e dos grandes grupos econômicos, que controlam o setor (GRAZIANO DA SILVA, 1981; BALSAN, 2006). Os adubos de síntese química, os agrotóxicos, a motomecanização do campo e as monoculturas voltadas para a exportação aceleraram significativamente o ciclo de desenvolvimento vegetal e animal, otimizando os custos/ganhos e visando sempre cada vez mais o lucro final (KAGEYAMA; GRAZZIANO DA SILVA, 1983; ALMEIDA, 2009). Os pacotes tecnológicos eram

[...] receitas a serem aplicadas nas diversas regiões do país, nos cultivos e nas criações. Só recebiam o benefício do crédito agrícola, altamente subsidiado, os agricultores que estivessem enquadrados no programa oficial. Se o produtor quisesse aplicar os recursos fora do "programa" não tinha acesso ao crédito rural subsidiado (MACHADO; MACHADO FILHO, 2014, p. 55).

Entre as principais medidas fomentadas pelo Estado, destaca-se o crédito rural subsidiado, a assistência técnica, a extensão rural, isenções fiscais, além da criação de programas de apoio específicos voltados para determinadas regiões e/ou atividades/produtos (TEIXEIRA, 2005). Segundo Machado e Machado Filho (2014), a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), fundada em 1973, faz parte dessa política governamental e foi concebida para realizar pesquisas agropecuárias com o objetivo de expandir esse modelo de agricultura no país. A escolha por parte do Estado deste novo paradigma de produzir no campo vem a consolidar o modelo agrícola que temos como dominante ao longo do território brasileiro atualmente (WANDERLEY, 1985).

A mídia também ocupou um posto de destaque na divulgação e propagação desse paradigma agrícola, posição que se mantém até os dias atuais. A campanha publicitária "Agro: a indústria-riqueza do Brasil", que traz a mensagem "Agro é tech, agro é pop, agro é tudo" vinculada diariamente entre os diferentes programas televisivos da Rede Globo também se insere nesse contexto e busca difundir a tecnologia presente no campo (agronegócio). Mas, ao mesmo tempo esconde as mazelas decorrentes desse modelo como o êxodo rural, a grilagem de terras devolutas, a perda de postos de trabalho no campo, a impossibilidade de muitos agricultores de manterem-se no meio rural, os conflitos pela posse da terra com povos indígenas e comunidades tradicionais.

Para tanto, precisa-se reconhecer que em países em desenvolvimento como o Brasil, os incentivos (subsídios agrícolas) destinados à modernização da agricultura não se deram de forma igualitária, ou seja, não beneficiaram os pequenos, médios e grandes agricultores da mesma forma, diferentemente do que ocorreu nos países ricos (GRAZIANO DA SILVA, 1981; BALSAN, 2006). Como se pode constatar em Hespanhol (2008, p. 374), que afirma que “Nos países desenvolvidos, não somente os pequenos agricultores, mas também os médios e grandes vinculados aos segmentos produtivos modernos são subsidiados e protegidos por tarifas alfandegárias.”

Assim, percebe-se que na maior parte dos países desenvolvidos os auxílios financeiros fornecidos pelo Estado para estimular a modernização da agricultura incluem todos os tipos de produtores rurais, independentemente de ser pequeno ou grande agricultor, diferentemente do modelo seguido no Brasil em que o pequeno agricultor, ou seja, o agricultor familiar, é excluído do processo de modernização (GRAZZIANO DA SILVA, 1981; WANDERLEY, 1985).

O grande divisor de águas na modernização da agricultura brasileira se deu a partir da criação do Estatuto da Terra<sup>2</sup>, foi ele que legitimou a mecanização agrícola no país, sendo o primeiro programa governamental que passaria a estimular a inserção maciça de tecnologia no campo (WANDERLEY, 1985). Essa lei “[...] forneceu as bases para a modernização da agricultura, implementada ao longo do regime militar, ao dispor de uma seção voltada para a Política Agrícola, cujo órgão responsável seria o INDA [Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrária]” (RAMOS, 2005, p. 1). Nesse sentido, Teixeira (2005, p.22) destaca que na realidade

[...] a modernização da agricultura segue os moldes capitalistas e tende a beneficiar apenas determinados produtos e produtores, tendendo a fortalecer a monocultura. Com a modernização ocorre o que vários autores denominam de “industrialização da agricultura”, tornando-a uma atividade nitidamente empresarial, abrindo um mercado de consumo para as indústrias de máquinas e insumos modernos.

Com a escolha, por parte do governo militar, em beneficiar a mecanização da agricultura, contemplando apenas os grandes agricultores (latifundiários), o campo passa a gerar certa instabilidade (KAGEYAMA; GRAZZIANO DA SILVA, 1983). Tendo em vista, que o pequeno produtor rural, ou melhor, o agricultor familiar, é deixado à margem do processo modernizante e dificilmente conseguirá se manter e/ou ter condições de reproduzir o seu modo de vida e permanecer no campo, sendo dessa forma, compelido a ofertar a sua força de trabalho aos grandes produtores, ou intensificar o processo do êxodo rural (KAGEYAMA; GRAZIANO DA SILVA, 1983; WANDERLEY, 1985; GONÇALVES, 1987). Neste sentido, do ponto

<sup>2</sup> Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964.

de vista econômico e social, a modernização da agropecuária “[...] contribuiu para o aumento do desemprego no campo, com a transferência do trabalhador rural para a zona urbana, acarretando o inchaço das grandes cidades e consequente miséria dessa população.” (TEIXEIRA, 2005, p. 39-40). A mecanização do campo foi o grande agente responsável por intensificar nos grandes centros urbanos os fenômenos de macrocefalia urbana, conurbação, segregação social e favelização.

## Novos caminhos para a produção de alimentos: as agriculturas que enxergam o campo para além da produção agrícola

Diante do paradigma de produção agrícola disseminado pela Revolução Verde, Meirelles (2003, p.3) salienta que começaram a surgir no Brasil diferentes grupos contrários, principalmente na região Sul do país, na década de 1970, inspirados no movimento de contestação desse modelo de agricultura iniciado primeiramente nos países desenvolvidos. Esses grupos mantinham “[...] oposição em relação ao padrão produtivo agrícola convencional concentravam-se em torno de um amplo conjunto de propostas ‘alternativas’, movimento que ficou conhecido como ‘agricultura alternativa’.” (PLANETA ORGÂNICO, 2017, *on-line*).

Para Ehlers (1994), os alternativos, ou “rebeldes”, podem ser agrupados em quatro grandes vertentes: na Europa, a agricultura biodinâmica, a agricultura orgânica e a agricultura biológica e, no Japão, a agricultura natural. Esses grupos estavam preocupados em criar uma alternativa frente o paradigma agrícola difundido pela Revolução Verde. Os grupos eram compostos por diversas Organizações não Governamentais (Ongs) e de pessoas, na qual faziam parte agricultores, intelectuais e simpatizantes da causa, que passaram a defender um modelo de agricultura sustentável, que levasse em consideração não apenas os ganhos econômicos, mas também a preservação ambiental e a participação do agricultor no processo (EHLERS, 1994). A França foi um dos países pioneiros em torno desse movimento, tendo em vista que

Em 1972 é fundada em Versalhes, [...] a International Federation on Organic Agriculture (IFOAM). Logo de início, a IFOAM reuniu cerca de 400 entidades “agroambientalistas” e foi a primeira organização internacional criada para fortalecer a agricultura alternativa (PLANETA ORGÂNICO, 2017, *on-line*).

“É a partir desse momento, que passa ganhar força um movimento em favor de agriculturas alternativas (sustentáveis), ecológicas, orgânicas, biodinâmicas e mais tarde à agricultura de base agroecológica<sup>3</sup>” (PIEROZAN, 2017, p. 175). Todas

<sup>3</sup> A agroecologia consiste numa disciplina científica que estuda os agroecossistemas, mas que, a partir dos anos 80, nos Estados Unidos da América e na América Latina, passou a ser empregada



essas “formas/modelos” de fazer agricultura têm como foco a preservação ambiental e são variantes de práticas que tiveram origem no movimento “rebelde”. De acordo com Almeida (2009, p. 12)

O objetivo maior da agricultura sustentável - que sustenta o enfoque agroecológico - é a manutenção da produtividade agrícola com o mínimo possível de impactos ambientais e com retornos econômico-financeiros adequados à meta de redução da pobreza, assim atendendo às necessidades sociais das populações rurais.

Para Pierozan (2017, p. 175) “A agroecologia emerge como uma quebra de paradigma frente à agricultura convencional [...]”. A agricultura convencional também chamada de agricultura agroquímica, ou industrial “[...] está construída em torno de dois objetivos que se relacionam: a maximização da produção e do lucro” (GLIESSMAN, 2008, p.36). Com uma proposta diferente a agroecologia apresenta uma metodologia diferenciada no que se refere a agricultura, as quais são incorporadas dimensões, que vão muito além da produção agrícola, são considerados aspectos de ordem política, econômica, social, ambiental e cultural. Para a agroecologia o espaço rural e a agricultura são melhor compreendidos a partir de uma visão que toma como referência o todo presente no processo, ou seja, uma abordagem holística. A agroecologia, de acordo com Altieri (2012, p. 16)

[...] se fundamenta em um conjunto de conhecimentos e técnicas que se desenvolvem a partir dos agricultores e de seus processos de experimentação. Por essa razão, enfatiza a capacidade das comunidades locais para experimentar, avaliar e expandir seu poder de inovação por meio da pesquisa de agricultor a agricultor e utilizando ferramentas de extensão baseadas em relações mais horizontais entre os atores.

Os saberes (técnicas e conhecimentos) criados e/ou acumulados pelos agricultores e aprimorados ao longo do tempo através da experiência constituem o saber empírico, prático, cultural, histórico, de se fazer agricultura, que fazem parte da agricultura tradicional. A agroecologia, por sua vez, busca resgatar esse saber fazer, que passa a ser incorporado aos demais saberes presentes nas disciplinas científicas. Nesse sentido a agroecologia, segundo Caporal, Costabeber e Paulus (2009, p. 18)

[...] busca integrar os saberes históricos dos agricultores com os conhecimentos de diferentes ciências, permitindo, tanto a compreensão, análise e crítica do atual modelo de desenvolvimento e de agricultura, como o estabelecimento de novas estratégias para o desenvolvimento rural e novos desenhos de agriculturas mais sustentáveis [...].

Para Pierozan (2017, p.176), “a agroecologia se propõe, por meio de suas estratégias, preservar e manter as culturas locais e evitar o esgotamento dos

---

em alguns círculos restritos para designar uma prática agrícola propriamente dita (EHLERS, 1994, p. 38).

recursos naturais possibilitando o acesso para as futuras gerações”. Gliessman (2008, p. 56) enfatiza, que essa nova forma de fazer agricultura “[...] proporciona o conhecimento e a metodologia necessários para desenvolver uma agricultura que é ambientalmente consistente, altamente produtiva e economicamente viável.” A agricultura, conforme Caporal, Costabeber e Paulus (2009, p. 95), “[...] antes de ser uma atividade essencialmente econômica é uma atividade também cultural. [...] trata-se aqui, de processos socioculturais, de uma construção humana.”

Tendo em vista a existência de diferentes nomenclaturas e/ou tipos de agriculturas que surgiram quando se contempla a temática das “agriculturas alternativas” como, por exemplo, agricultura ecológica, agricultura orgânica e agroecologia são necessárias algumas considerações, que são de fundamental importância para o correto entendimento dos conceitos/definições e de sua utilização. Inicialmente, é necessário deixar claro, que agroecologia e agricultura orgânica não são a mesma coisa, são dois entendimentos distintos (PIEROZAN, 2017).

[...] a agroecologia e agricultura orgânica não podem ser entendidas como sinônimos, já que o primeiro conceito está associado a um enfoque interdisciplinar, e a segunda a uma prática agrícola, onde os princípios e pressupostos teóricos da agroecologia podem ou não estar presentes (CASTELLO BRANCO FILHO; MEDEIROS, 2013, p. 5).

Pode-se concluir, que a agroecologia fornece as ferramentas, ou seja, os princípios, os conceitos e a metodologia de como fazer, para serem aplicados na agricultura orgânica. Nessa pesquisa, a agricultura orgânica aparece como sendo uma prática agroecológica, pois incorpora os princípios e os pressupostos presentes na agroecologia.

Assim, a agroecologia possibilita a transição do atual modelo pautado na agricultura convencional, amplamente voltado para a produção de *commodities*, para o desenvolvimento rural sustentável tendo como orientação à agricultura que produz alimentos (comida), que preserva o meio ambiente, que promove a justiça social no campo e que prima pela valorização dos saberes tradicionais acumulados no tempo com a prática dos agricultores.

## A agricultura orgânica familiar em Cotiporã/RS: a experiência da Ecovêneto

A agroecologia no município de Cotiporã surgiu a partir de um problema bastante recorrente no campo e no Brasil, que é a intoxicação de agricultores por agrotóxicos, uma das consequências mais perversas do processo desordenado da modernização da agricultura brasileira (PIEROZAN, 2018). Diante desta situação, mas sem utilizar venenos em seus cultivos, um grupo de agricultores familiares

locais resolveu buscar uma nova forma para continuar trabalhando na roça e ao mesmo tempo permanecer vivendo no campo. Assim, em 2012, foi criada a Ecovêneto, que passou a fomentar a agricultura orgânica no município e principalmente disseminar entre os agricultores uma maneira diferente de produzir alimentos, de se relacionar com a propriedade rural e com o meio ambiente (PIEROZAN, 2018).

Cotiporã tem o seu perfil econômico assentado na agricultura familiar que responde por 55% da atividade econômica que movimenta a economia do município (PREFEITURA MUNICIPAL DE COTIPORÃ, 2021, *on-line*). Essa particularidade remonta ao processo de colonização do lugar, que foi realizado por imigrantes italianos, que tinham como característica marcante o ofício ligado a agricultura na pequena propriedade rural, que com o passar dos anos foi mantido e disseminado às diferentes gerações de membros familiares (MANFIO; PIEROZAN; MEDEIROS, 2019).

A característica citada acima foi confirmada no trabalho de campo, onde foi verificado que entre os 8 entrevistados na pesquisa, 7 deles sempre foram agricultores como pode ser constatado na fala do Entrevistado 1 que relata que para ele o trabalho na agricultura é *“Herança cultural, aprendi a trabalhar na roça com os meus pais, avós, desde criança.”* A família trabalhando unida na propriedade é uma característica bastante presente e marcante entre os agricultores que fazem parte da Ecovêneto, onde pais, filhos e avós compartilham do mesmo ambiente de trabalho. A propriedade é pensada (planejada) de uma forma, que todos os membros da família possam atuar diretamente na produção agrícola e ao mesmo tempo é vista como um bem a ser transmitido às gerações mais novas, como filhos e netos, adquirindo uma importância superior ao bem patrimonial em si, é o lugar de vida e o meio de reprodução social da família.

Para Abramovay (1997, p. 77) a agricultura familiar é essencial “[...] para que se reduzam as diferenças entre a vida social na cidade e no campo, condição básica, evidentemente, para que o meio rural passe a funcionar como manancial de possibilidades na luta contra a exclusão social”. A expressão “agricultura familiar” é um termo/conceito que passou a ser utilizado muito recentemente no país, apareceu no contexto brasileiro a partir década de 1990 (ABRAMOVAY, 1997; SCHNEIDER, 2003). Tomando como referência o cenário social e político nacional a expressão agricultura familiar está relacionada à criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), em 1996 (SCHNEIDER, 2003).

O Pronaf foi criado com o objetivo de “[...] prover crédito agrícola e apoio institucional às categorias de pequenos produtores rurais que vinham sendo alijados das políticas públicas ao longo da década de 1980 e encontravam sérias dificuldades de se manter na atividade” (SCHNEIDER, 2003, p.100). O Pronaf se

constitui em uma oferta de financiamentos bancários direcionados aos agricultores que tinham ficado de fora do processo de modernização da agricultura.

Este programa tem se tornado essencial, com o passar dos anos, para os agricultores que fazem parte da Ecovêneta manterem-se no meio rural, e ao mesmo tempo continuarem produzindo. Dentre as 8 unidades de produção agrícola que foram visitadas para a realização da pesquisa 7 delas já solicitaram crédito rural, através do Pronaf. Porém, a linha de crédito destinada a agroecologia, que é a demandada pelos agricultores, é a que mais demanda burocracia (documentos) e de acordo com o Entrevistado 1 *“quando chega no banco trava tudo e a gente não consegue acessar.”* Diante dessa situação, muitas vezes, o agricultor se vê forçado a buscar outras linhas de financiamento rural.

No que tange ao tamanho das propriedades dos agricultores, a maior possuía 45 hectares (ha) e a menor 5 (ha) de terra, a média entre elas foi de 22,3 (ha). Todavia, nem toda área da unidade familiar é utilizada para os cultivos agrícolas, uma parcela significativa é destinada a benfeitorias e instalações, pastagens e áreas de matas e/ou de preservação permanente (APP).

Os agricultores orgânicos do município procuram diversificar ao máximo a produção agrícola em suas propriedades, evitam cultivar e/ou se manterem reféns de um único cultivo, pois em caso de ocorrência de alguma adversidade climática, queda de preços no momento da comercialização e/ou ataque de pragas às plantações, a renda da propriedade e a qualidade de vida da família dos agricultores seria consideravelmente comprometida. A policultura representa uma segurança para as famílias dos agricultores. Os principais produtos cultivados no sistema orgânico são: uva, laranja, figo, abacaxi, bergamota, batata, cogumelos, verduras, legumes, hortaliças, temperos e chás.

Entre todos estes cultivos a produção de uva é a que mais se destaca, pois é praticada em sete das oito propriedades agrícolas, que foram visitadas. Os agricultores vislumbraram na uva uma oportunidade de negócio, tendo em vista, os ótimos ganhos financeiros obtidos no momento da comercialização da fruta. Quando a uva é comercializada diretamente pelo agricultor em feiras e/ou em sua própria propriedade é ele quem faz o preço do produto levando em conta os seus gastos (investimentos) na produção e a margem de lucro que deseja obter em relação ao seu trabalho. Assim, o agricultor não tem a presença do atravessador, que leva parte dos lucros da produção. Mas, quando a fruta é negociada com estabelecimentos comerciais e/ou empresas vinícolas o diferencial tomado como base inicial para o estabelecimento do preço é o valor fixado pelo setor vitivinícola, que usa a política do “preço mínimo” para estabelecer o preço do quilo da uva que é pago ao agricultor, que de acordo com o Entrevistado 1 ocorre da seguinte

forma, o agricultor que produz uva orgânica recebe o “preço de tabela mais 40% por ser orgânica, mais critérios de qualidade A, B, C (graduação e a presença de folhas)”.

Para o Entrevistado 5, os vinhedos plantados na propriedade “atualmente são a segunda principal fonte de renda, mas no futuro vai ser a principal”. Percebe-se na fala do entrevistado, que a produção de uva é um investimento rentável, e num cenário futuro já existe a pré-disposição em ampliar a produção. O êxito obtido com a produção de uvas é decorrente do município já possuir bastante tradição no cultivo da fruta e ter uma cadeia vitícola consolidada, soma-se também o fato da região se constituir no principal polo vitivinícola do país, ou seja, existe bastante demanda para este produto e também conhecimento acumulado pelos agricultores em relação a forma de produzir, bem como, das variedades melhor adaptadas as condições edafoclimáticas locais (PIEROZAN, 2018). Agora, com a Ecovêneto, a uva conta com um diferencial a mais, é produzida na forma orgânica. Essa particularidade traz uma taxa de retorno financeiro maior para os agricultores, principalmente quando comparada a uva que é produzida na forma convencional, que tem o preço tabelado.

A diversificação da produção agrícola e dos produtos produzidos é estimulada entre os agricultores pela Emater, através de seus extensionistas, pelo Centro Ecológico (Núcleo Ipê – Serra)<sup>4</sup>, através de encontros regionais e visitas às propriedades dos agricultores e pela Prefeitura do município, que é a entidade que viabiliza as parcerias, entre as instituições e a Ecovêneto. A agricultura orgânica praticada no município é o resultado de um trabalho coletivo entre diferentes instituições, profissionais e agricultores que busca melhorar a renda dos agricultores, a qualidade de vida no meio rural, preservar o meio ambiente, valorizar o trabalho dos agricultores e produzir alimentos mais saudáveis para o consumidor final.

Na produção orgânica, os pacotes tecnológicos elaborados pela indústria não entram nas lavouras, é o próprio agricultor que fabrica os produtos para serem utilizados nos plantios para controlar as pragas e doenças, bem como, para adubar o solo. As práticas culturais utilizadas pelos agricultores da Ecovêneto que visam preservar o ambiente vão além dos tradicionais cuidados com o solo e com os mananciais hídricos. Os agricultores buscam lidar inclusive com as informações que vem do céu, dos astros<sup>5</sup>, por exemplo, que ocupam um papel de destaque na produção de uva, principalmente. Também é importante destacar o conhecimento

<sup>4</sup> É uma Organização não Governamental, “que desde 1985, trabalha para viabilizar avanços sustentáveis na produção agrícola, mediante a adoção de tecnologias alternativas orientadas pela filosofia da preservação ambiental e da justiça social.” (CENTRO ECOLÓGICO, 2021, *on-line*).

<sup>5</sup> É utilizado o calendário lunar baseado nas fases da lua e no ciclo natural de desenvolvimento da planta, como era feito antigamente. A poda da videira é realizada a partir desse calendário, que é renovado anualmente.

acumulado pelos ancestrais como, avós, pais e demais membros de mais idade da família que utilizavam materiais e produtos elaborados a partir de substâncias e compostos encontrados facilmente na própria unidade de produção agrícola.

Para o Entrevistado 3, a produção orgânica *“Mudou tudo, é outro pensamento, outras atividades”*. A fala deste entrevistado é muito presente nas falas dos demais agricultores também, percebe-se um certo entusiasmo quando comparam a forma de lidar com a propriedade produzindo na forma orgânica em relação a maneira como trabalhavam antes de conhecer a agricultura orgânica. A qualidade de vida para estes agricultores é destacada principalmente em suas falas, quando se referem a eliminação dos agrotóxicos das suas propriedades e associam essa prática a ganho em saúde, pois dessa forma evitam contaminações com os venenos e/ou doenças. Essa visão se estende também para a propriedade que é vista e entendida da mesma forma e passa a ser objeto de preservação e de maiores cuidados com os recursos naturais.

De acordo com o Entrevistado 1, com a adoção da agricultura orgânica *“Descobrimos novas alternativas, muitas delas já eram feitas por nossos avós, tipo utilizar a cinza do fogão à lenha e outras técnicas que se perderam ao longo do tempo.”* Percebe-se, que a agricultura orgânica busca resgatar e valorizar o conhecimento já utilizado em momentos anteriores pelos agricultores e pela família, se verifica uma volta ao passado, mas que atualmente com a oferta de produtos industrializados, que fazem a mesma coisa ou prometem fazer, esses saberes acabam sendo deixados de lado, esquecidos, ou na pior das hipóteses se passa a acreditar que não são mais eficientes, ou já estão superados e/ou **são parte de uma agricultura atrasada.**

Os agricultores utilizam em seus cultivos insumos naturais que agregam os saberes de seus antepassados, mais o conhecimento que vem da natureza como informação para elaborar fertilizantes, adubos, caldas e demais preparos, que vão combater as intempéries que venham a atacar as plantações. Boa parte dos ingredientes dos produtos é de uso comum na casa dos agricultores, ou seja, eles já estão familiarizados com o produto e agora ele passa a ter mais uma utilidade, vai ser empregado também em seus cultivos. Dentre os principais produtos elaborados e utilizados estão: os biofertilizantes feitos a partir de insumos minerais, orgânicos, vegetais e cinzas de fogão; a calda bordalesa; o adubo *bokashi*; esterco fervido; sopão de microorganismos e o calendário astronômico.

A comercialização dos produtos é feita pelos próprios agricultores em suas unidades de produção agrícola, mas também é realizada a comercialização com mercados, restaurantes, cooperativas e vinícolas localizadas no município e, em cidades vizinhas, como, Veranópolis e Bento Gonçalves. Uma parcela dos hortifrutigranjeiros também tem como destino a alimentação de crianças e adolescentes,

que frequentam a Rede Municipal de Ensino de Cotiporã, através da merenda escolar. Ainda existem agricultores que participam de feiras de produtos orgânicos e agroecológicos no município de Porto Alegre, capital do estado.

As diferentes possibilidades existentes para a comercialização dos produtos orgânicos produzidos pelos agricultores da Ecovêneta se devem, em grande parte, a produção já ser certificada, este quesito abre muitos mercados, pois a certificação atesta a origem e ao mesmo tempo a qualidade dos produtos. A certificação da produção é realizada pelos próprios agricultores, tendo o acompanhamento/assessoramento da Rede Ecovida de Agroecologia<sup>6</sup>, que desenvolveu uma metodologia diferenciada para certificar produtos orgânicos. A Ecovida utiliza “um processo pedagógico onde agricultores, técnicos e consumidores se integram no intento de buscarem uma expressão pública da qualidade do trabalho que desenvolvem. A este processo chamamos certificação participativa” (ECOVIDA, 2021, *on-line*).

Cada uma das propriedades dos agricultores que fazem parte da Ecovêneta é visitada pelos demais agricultores que fazem parte da associação, junto de membros da Ecovida que passam a “fiscalizar” como o agricultor está produzindo, se está seguindo as recomendações estabelecidas para a produção orgânica e para verificar se de fato não está utilizando agrotóxicos nos cultivos. Assim, um agricultor “fiscaliza o outro”, essa particularidade gera um mecanismo de credibilidade e confiança no processo de certificação orgânica participativa. Estes encontros servem também para compartilhar saberes e técnicas que foram desenvolvidas pelos próprios agricultores, é uma maneira de partilhar conhecimentos e agregar diferentes práticas nos cultivos e nas propriedades rurais voltadas a promover um desenvolvimento rural sustentável, tendo por base o trabalho colaborativo de todos os agentes envolvidos no processo de uma maneira horizontal, sem amarras e/ou hierarquia.

A certificação participativa está prevista na Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que foi regulamentada pelo Decreto nº 6.323, de 27 de dezembro de 2007. Esta metodologia de certificação apresenta um custo bastante acessível para os agricultores, quando comparada a certificação por auditoria. Porém, a maior dificuldade verificada pelos agricultores da Ecovêneta ao utilizarem esta metodologia de certificação segundo o Entrevistado 3 são as “questões que envolvem a burocracia, têm muito papel pra preencher e cuidar, tem que provar tudo” o que foi utilizado nos cultivos.

---

<sup>6</sup> “O funcionamento da Rede é horizontal e descentralizado e está baseado na organização das famílias produtoras em grupos informais, associações ou cooperativas. [...] A Rede Ecovida se concretiza basicamente a partir de uma identidade e reconhecimento histórico entre as iniciativas de ONGs e organizações de agricultores construídas na região Sul do Brasil. Sua formação oficial data de 1998” (ECOVIDA, 2021, *on-line*).

## Considerações finais

A agricultura orgânica de base agroecológica praticada em Cotiporã pelos agricultores da Ecovêneta se constitui numa alternativa de desenvolvimento rural sustentável para as pequenas propriedades familiares localizadas no meio rural do município. Os agricultores que aderiram a esta forma de produzir alimentos buscam preservar os recursos naturais (água e solo) e visam causar o mínimo de impacto possível ao ambiente aliado a manutenção da produtividade agrícola, bem como, primam também, pela valorização do seu trabalho através da obtenção de um maior valor agregado ao preço final de seus produtos no momento da venda.

A comercialização dos orgânicos é realizada pelos próprios agricultores e essa particularidade acaba por eliminar a figura do “atravessador”, que é o agente responsável por receber/levar boa parte dos lucros do trabalho do agricultor. Assim, os agricultores passam a ter uma maior autonomia na comercialização e passam a estabelecer uma relação de confiança com o cliente, gerando a fidelização do consumidor.

A adoção da agricultura orgânica também pode ser entendida/percebida como uma atividade “inovadora” para os agricultores da Ecovêneta, pois agrega muitos saberes que seus ancestrais tinham obtido a partir da experiência de vida no campo e já os utilizavam nos cultivos, mas que com a difusão das novas técnicas da agricultura moderna foram sendo deixados de lado, e com o tempo muito desse conhecimento acabou se perdendo, sendo esquecido pelos agricultores. A agricultura orgânica, de viés agroecológico, nesse sentido, busca resgatar e valorizar esses saberes tradicionais.

Essa forma de produzir alimentos e de se relacionar com o ambiente e com as pessoas em Cotiporã ainda se encontra em processo de construção, mas representa uma nova perspectiva de vida para as famílias que decidiram produzir alimentos de uma maneira diferente do cultivo convencional. A agricultura está na base da economia do município, e a produção orgânica está trazendo novas perspectivas para os agricultores continuarem no campo e produzindo alimentos saudáveis para a sociedade.

## Referências

- ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e uso do solo. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 11, n. 2, 1997.
- ALMEIDA, J. Por um novo sentido à prática da agricultura. *In*: ALTIERI, M; **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- ALTIERI, M. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.



ASSIS, R. L.; ROMEIRO, A. R. Agroecologia e a agricultura orgânica: controvérsias e tendências. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, n. 6, p. 67-80, 2002.

BALSAN, R. Impactos decorrentes da modernização da agricultura brasileira. **Campo-Território: revista de geografia agrária**, Uberlândia, v. 1, n. 2, p. 123-151, 2006.

BOMBARDI, L. M. **Geografia do Uso de Agrotóxicos no Brasil e Conexões com a União Europeia**. São Paulo: FFLCH - USP, 2017. 296p.

BRASIL. **Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L4504.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4504.htm). Acesso em: 8 jan. 2021.

BRASIL. **Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/110.831.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.831.htm). Acesso em: 7 mai. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 6.323, de 27 de dezembro de 2007**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6323.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6323.htm). Acesso em: 7 mai. 2021.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). IBGE Cidades - **Censo Agropecuário de 2017**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/cotipora/pesquisa/24/76693>. Acesso em: 7 mai. 2021.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A.; PAULUS, G. (Orgs.) **Agroecologia: uma ciência do campo da complexidade**. 1. ed. Brasília: MDA/SAF, v. 1, 2009.

CASTELLO BRANCO FILHO, C.; MEDEIROS, R. M. V. A agricultura orgânica como estratégia para uma nova ruralidade: o caso da experiência do arroz orgânico na região metropolitana de Porto Alegre/RS. *In: Encontro Nacional de Grupos de Pesquisa - ENGRUP, VII, de 13 a 16 mai., 2013, Rio Claro. Anais...* Rio Claro: UNESP, 2013.

CENTRO ECOLÓGICO - Assessoria e Formação em Agricultura Ecológica. **Histórico**. Ipê, RS. Disponível em: <http://m.centroecologico.org.br/historico>. Acesso em: 16 fev. 2021.

DIAMOND, J. **Armas, germes e aço**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

EHLERS, E. M. **O que se entende por agricultura sustentável?** 1994. 168f. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) - Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

FLANDRIN, J.-L.; MONTANARI, M. **História da Alimentação**. 8. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2015.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. 4. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

GONÇALVES, J. S. **Mudar para manter: análise do processo de pseudomorfose da agricultura brasileira**. 1997. 481f. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

GRAZIANO DA SILVA, J. **Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura**. São Paulo: Hucitec, 1981.

HESPANHOL, A. N. Modernização da Agricultura e Desenvolvimento Territorial. *In: Encontro Nacional de Grupos de Pesquisa - ENGRUP, IV, 2008, São Paulo. Anais...* São Paulo: FFLCH/USP, 2008.

KAGEYAMA, A. A.; GRAZIANO DA SILVA, J. Os Resultados da Modernização Agrícola dos anos 70. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 13, n. 3, p. 537-559, 1983.

MACHADO, L. C. P.; MACHADO FILHO, L. C. P. **A dialética da Agroecologia: contribuição para um mundo com alimentos sem veneno**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

MANFIO, V.; PIEROZAN, V. L.; MEDEIROS, R. M. V. A produção de uva orgânica no estado do Rio Grande do Sul: as experiências dos agricultores familiares de Cotiporã e Dom Pedrito. **Para Onde!?**, Porto Alegre, v. 11, n. 1, p. 36-44, 2019.

MAZOYER, M.; ROUDART L. **História das agriculturas no mundo**: do neolítico à crise contemporânea. São Paulo: Editora da UNESP; Brasília: NEAD, 2010.

MEIRELLES, L. **A Certificação de Produtos Orgânicos**: caminhos e descaminhos. Ipê: Publicação interna do Centro Ecológico de Ipê - Serra, 2003. Disponível em: <http://www.centroecologico.org.br/artigos.php>. Acesso em: 3 jan. 2021.

MIGUEL, L. de A. **Dinâmica e Diferenciação de Sistemas Agrários**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

PIEROZAN, V. L. Vitivinicultura agroecológica no município de Cotiporã: o caso da Ecovêneta. In: MEDEIROS, R. M. V.; LINDNER, M. (Orgs.). **A uva e o vinho como expressões da cultura, patrimônio e território**. Porto Alegre: IGEO - Instituto de Geociências, 2017. p.165-182.

PIEROZAN, V. L. A Produção de Uva Orgânica na Serra Gaúcha: o caso dos agricultores orgânicos de Cotiporã/RS. **Geographia Meridionalis**, Pelotas, v. 04, n. 02, p. 168-184, 2018.

PLANETA ORGÂNICO. **História da Agricultura Orgânica**: algumas considerações. Rio de Janeiro, RJ. Disponível em: <http://planetaorganico.com.br/site/?p=597&previe>. Acesso em: 3 dez. 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTIPORÃ. *Dados Gerais*. Disponível em: <https://www.cotipora.rs.gov.br/pagina/view/16/dados-gerais-cotipora>. Acesso em: 15 jan. 2021.

QUEIROZ, M. A. C. **A difusão da agricultura orgânica de base agroecológica**: uma discussão sobre as experiências de Río Cuarto (Argentina) e Seropédica (Brasil). 2014. 142f. Tese (Doutorado em Ciência, Tecnologia e Inovação Agropecuária) - Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Inovação Agropecuária, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2014.

RAMOS, C. Estatuto da Terra: embates e diferentes interpretações. In: Simpósio Nacional de História, XXIII, Londrina, 2005. *Anais... XXIII Simpósio Nacional de História - História: guerra e paz*. Londrina: ANPUH, 2005. Disponível em: <http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S23.0198.pdf>. Acesso em: 2 dez. 2020.

REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA. **Como a Rede funciona?** Disponível em: <http://ecovida.org.br/sobre/>. Acesso em: 7 mai. 2021.

SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 99-121, 2003.

TEIXEIRA, J. C. Modernização da Agricultura no Brasil: impactos econômicos, sociais e ambientais. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros - Seção Três Lagoas**, Três Lagoas, v. 2, n. 2, p. 21-42, 2005.

WANDERLEY, M. de N. B. O camponês: um trabalhador para o capital. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 2, n. 1, p. 13-78, 1985.